

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.485.053 - DF (2019/0102263-5)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
AGRAVANTE : LYON INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
AGRAVANTE : TECNISA S/A
ADVOGADO : DOUGLAS WILLIAM CAMPOS DOS SANTOS - DF031138
AGRAVADO : JOSEFA SANTANA FERRACIOLI
ADVOGADO : LEONARDO DE FREITAS COSTA - DF023173

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por LYON INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. e OUTRA contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO CIVIL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. INTIMAÇÃO REALIZADA VIA DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. NÃO CABIMENTO. PRECLUSÃO. RECONSIDERAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO CONFIGURADA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO MANTIDA.

1. Pacífico o entendimento jurisprudencial no sentido de que é incabível discutir no Cumprimento de Sentença matéria já analisada na ação principal. Precedentes.

2. A parte agravante foi devidamente intimada por meio do ato de ordinatório para que efetuasse o pagamento espontâneo da obrigação.

2.1. Em consulta ao sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJe, percebe-se que a parte ora agravante tomou ciência da decisão que determinou o Cumprimento de Sentença no dia 04.07.2018, através do Ato Ordinatório.

3. Se uma das partes não concorda com a decisão proferida pelo Juízo de primeiro grau deve interpor o recurso cabível no prazo legal e não peticionar nos autos pleiteando a reconsideração da decisão que a desagradou.

4. Litigância de má-fé não configurada, pois a parte agravante apenas exerceu o seu direito de expor as suas razões para a reforma do julgado, sem incorrer em qualquer abuso passível de ser caracterizado como litigância de má-fé.

5. Recurso conhecido e desprovido. Decisão mantida.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto no art. 523 do CPC de 2015.

Alega, em síntese, que a executada, ora recorrente, "não foi devidamente

intimada quanto ao cumprimento voluntário da sentença, uma vez que, proferido mero ato ordinatório para cumprimento de referido ato".

E continua:

Na decisão anteriormente destacada, que deu início ao cumprimento de sentença, a recorrida foi intimada para, previamente, informar, no prazo de 5 (cinco) dias, conta bancária para que a executada providenciasse o depósito. Por singelo ato ordinatório foi certificada a suposta intimação da executada para cumprimento da ordem.

Ocorre que, para a prática dos atos processuais há necessariamente que o advogado seja intimado a cumprir decisão interlocutória, sentença ou acórdão, entretanto, não pode ser considerado válida a intimação por mero ato ordinatório, o que se deu nos autos.

É o relatório. DECIDO.

2. Ao apreciar a controvérsia, o Tribunal de origem assim consignou:

Ao analisar o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso, indeferi o pleito da parte agravante e, no mérito, reitero meu entendimento no sentido de que o Agravo de Instrumento não deve ser provido.

Para tanto, utilizo-me das mesmas razões da referida decisão. Transcrevo (ID. 5359460):

[...].

INDEFIRO o pedido de liberação de eventuais valores bloqueados, pois verifico que o devedor foi devidamente intimado para pagamento espontâneo do débito consoante o ato ordinatório de ID 18929774, assinado eletronicamente em 25/06/2018, portanto, em data posterior à decisão de ID 18272882, a qual foi assinada eletronicamente em 15/06/2018.

REGISTRO, ademais, que a certidão de ID 20907241, registra cabalmente que decorreu "in albis" o prazo para pagamento espontâneo.

Assim, prossiga-se nos termos da decisão de ID 18272882 e ato ordinatório de ID 18929774.

Intimem-se. (destaquei)

Constata-se a partir das referidas decisões que a parte agravante foi devidamente intimada por meio do ato de ordinatório de ID. 18929774 (autos principais) para que efetuassem o pagamento espontâneo da obrigação.

Ademais, em consulta ao sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJe, percebe-se que a parte ora agravante tomou ciência da decisão que determinou o Cumprimento de Sentença no dia 04.07.2018, através do Ato Ordinatório.

A lei que rege o Processo Judicial Eletrônico (Lei nº 11.419/06) assim preceitua:

[...].

Assim, evidencia-se que os agravantes foram devidamente intimados da primeira decisão, mas, ao invés de apresentarem o recurso cabível, preferiram se manifestar nos autos

reiterando a alegação de que não teriam sido devidamente intimados, o que em verdade não ocorreu.

Além disso, cumpre consignar que a reconsideração de decisão judicial não tem previsão legal para aquele momento processual.

Para mais, se uma das partes não concorda com a decisão proferida pelo Juízo de primeiro grau deve interpor o recurso cabível no prazo legal e não peticionar nos autos pleiteando a reconsideração da decisão que a desagradou. Insisto em dizer, esse pedido de reconsideração não tem previsão legal, não sendo apto, portanto, a suspender ou interromper o prazo para interposição do recurso cabível.

No presente caso, os agravantes deveriam ter interposto Agravo de Instrumento no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência do decisum que recebeu o pedido de cumprimento de sentença, proferida no dia 15.06.2018, conforme determina o art. 1.015, parágrafo único do CPC, mas, como já dito, eles não o fizeram.

Foi formulado pedido de reconsideração e só foi interposto Agravo de Instrumento após a decisão que se manifestou sobre a reconsideração postulada, indeferimento o pedido de desbloqueio de valores.

Vê-se, portanto, que os agravantes perderam a faculdade de recorrer em razão do decurso do prazo legal previsto para tal (preclusão temporal).

Nesse viés, cabe frisar que o prazo para interposição de recursos começa a fluir com a ciência inequívoca a respeito da decisão, como no caso de comparecimento aos autos eletrônicos, hipótese que na presente controvérsia ocorreu no dia 04.07.2018.

Desse modo, vislumbro que a matéria suscitada no bojo do presente recurso está acobertada pelo manto da preclusão. Explico.

Nota-se que acórdão recorrido está assentado em mais de um fundamento suficiente para mantê-lo e a parte recorrente não cuidou de impugnar todos eles, como seria de rigor.

Assim, a subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula n. 283/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.”

3. Ainda que assim não fosse, o acolhimento da pretensão recursal, a fim de acolher as alegações da parte agravante, exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, atraindo o óbice da Súmula 7 do STJ.

Merece destaque, sobre o tema, o consignado no julgamento do Resp 336.741/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 07/04/2003, "(...) se, nos moldes em que delineada a questão federal, há necessidade de se incursionar na seara fático-probatória, soberanamente decidida pelas instâncias ordinárias, não merece trânsito o recurso especial, ante o veto da súmula 7-STJ".

Superior Tribunal de Justiça

4. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator